

# UM OLHAR SOBRE OS “EMPATES”: RESISTÊNCIA DA/NA FRONTEIRA SUL- OCIDENTAL AMAZÔNICA

DOI: 10.5935/2177-6644.20170003

A LOOK ABOUT THE “EMPATES”:  
RESISTANCE OF/IN THE SOUTH-  
WEST AMAZON FRONTIER

UNA MIRADA SOBRE LOS  
“EMPATES”: RESISTENCIA DE  
LA/EN LA FRONTERA SUL-  
OCIDENTAL AMAZÓNICA

José Sávio da Costa Maia \*

**Resumo:** As mudanças processadas por políticas governamentais para a Amazônia Sul-Occidental nas décadas de setenta e oitenta, especialmente os projetos de integração dos governos militares, com as ideias de povoar e transformá-la em polo produtivo, na maioria dos casos redundaram em desastres socioambientais, tais como as hidrelétricas com seus grandes lagos e os consequentes deslocamento de populações tradicionais e indígenas, os projetos de mineração que contaminaram rios e terrenos agricultáveis e, a construção de estradas e os investimentos em pecuária extensiva que redundaram na transformação dos antigos seringais em fazendas. Todas essas ações coligiram para apresentar ao mundo uma população que vivia encoberta pelo imenso chapéu verde da floresta amazônica, as populações extrativistas e indígenas. O objetivo central deste artigo é apresentar os “empates” como uma das formas de enfrentamento engendradas por essas populações através dos relatos de alguns de seus participantes e das percepções de outros segmentos que interagiram com eles no processo de construção da resistência.

**Palavras-chave:** Empates. Fronteiras. Resistência.

**Abstract:** The changes brought about by government policies for the South-Western Amazon in the 1970s and 1980s, especially the integration projects of the military governments, with the idea of populating and transforming it into a productive pole, have in the majority of cases resulted in socio-environmental such as hydroelectric dams with their large lakes and consequent displacement of traditional and indigenous populations, mining projects that contaminated rivers and arable land, and the construction of roads and extensive livestock investments that Farms All these actions coined to present to the world a population that was hidden by the immense green hat of the Amazon forest, the extractive and indigenous populations. The central objective of this article is to present the "empates" as one of the forms of confrontation engendered by these populations through the reports of some of its participants and the perceptions of other segments that interacted with them in the process of resistance construction.

**Keywords:** Empates. Borders. Resistance.

**Resumen:** Los cambios procesados por políticas gubernamentales para la Amazonía sur-occidental en las décadas de los setenta y ochenta, especialmente los proyectos de integración de los gobiernos militares, con las ideas de poblar y transformarla en polo productivo, en la mayoría de los casos redundaron en desastres socio- Ambientales, tales como las hidroeléctricas con sus grandes lagos y el consiguiente desalojamiento de poblaciones tradicionales e indígenas, los proyectos de minería que contaminaron ríos y terrenos agrícolas, y la construcción de carreteras y las inversiones en pecuaria extensiva que redundaron en la transformación de los antiguos seringales en De las empresas. Todas estas acciones recogieron para presentar al mundo una población que vivía encubierta por el inmenso sombrero verde de la selva amazónica, las poblaciones extractivas e indígenas. El objetivo central de este artículo es presentar los "empates" como una de las formas de enfrentamiento engendradas por esas poblaciones a través de los

\* Doutor em História e professor do CFCH da Universidade Federal do Acre - UFAC. E-mail: saviomaia@gmail.com

relatos de algunos de sus participantes y de las percepciones de otros segmentos que interactuaron con ellos en el proceso de construcción de la resistencia.

**Palabras clave:** Empates. Fronteras. Resistência.

## Introdução

A década de 70 do século passado registra um tempo de significativas mudanças no modo de vida das diferentes populações que habitavam e habitam o Estado do Acre. Os governadores e os prefeitos biônicos nomeados pela ditadura civil-militar em curso naquele período incorporaram os preceitos da “ordem e do progresso”, das ações modernizadoras da “Operação Amazônia” e do PIN (Programa de Integração Nacional) que vigiam no país e, articulados com os órgãos federais, contribuíram ativamente para tornarem possíveis essas mudanças, especialmente nas áreas urbanas.

O principal encarregado dessas ações foi o então governador Francisco Wanderley Dantas, nomeado para mandato de 1971 a 1975, que após sua posse colocou em curso seu “Plano de Ação”, cujo objetivo principal era transformar o Acre numa potência econômica, destacando a agropecuária como elemento modernizador.<sup>1</sup> Para tanto investiu em intensa campanha no sudeste e sul do país para atrair investidores. Utilizou a renúncia fiscal e as promessas de outros incentivos, como a exportação pelo Oceano Pacífico, através dos portos de Matarani e Ilo, no Peru, para atrair os investidores. Em sua campanha difundiu um slogan que sintetizava suas propostas: “Acre, a nova Canaã,/Um Nordeste sem seca,/Um Sul sem geadas./ Invista no Acre e exporte pelo Pacífico” (*Apud.* COSTA SOBRINHO, 1992, p.144).

As mudanças iniciais sentidas pela população foram: a luz elétrica funcionando vinte e quatro horas na capital (Rio Branco) e das dezessete horas até a meia noite em outras cidades; a promessa de estradas interligando todos os municípios (BR-364 - Transamazônica); a presença ostensiva do exército; o policiamento nas ruas; as repetidoras de sinais de televisão; as manifestações de civismo, incorporadas no cotidiano escolar; tudo isso, mas, principalmente as promessas de geração de empregos

---

<sup>1</sup> Ao vincular sua versão de modernização ao setor primário da economia, a agropecuária, o Plano de Ação do governo Dantas se desviava dos eixos do PIN e da Operação Amazônia, que objetivavam incentivar a indústria. Mas, mantém-se dentro do contexto de expansão da fronteira capitalista na Amazônia. (CARDOSO, MÜLLER, 1977, p.124). Não se discute aqui o conceito de modernidade enquanto referência de movimento teórico e suas implicações, o que estava sendo colocado naquele momento era tipicamente o sentido do desenvolvimento técnico e logístico, que são partes do projeto moderno.

e as mudanças no sistema de abastecimento das cidades eram anunciadas com veemência por esses agentes públicos.

Naquele período a falta de alimentos, destacadamente a carne, era um dos principais problemas vividos pela população urbana do Estado.

A década de setenta representa um tempo onde ainda era bem marcada a separação da população urbana e a população rural. A população rural do Acre, diferente das populações rurais de outras regiões do país, não só era maior que a urbana, como também não era composta por agricultores, na verdade ela tinha como característica o desenvolvimento de meios precários de sobrevivência na floresta, onde a caça e a pesca se combinavam com alguns cultivos de subsistência e com o extrativismo (borracha e castanha) remanescente do modelo padrão do seringal, criando uma situação de relativa independência das cidades, até porque não havia muita possibilidade de acesso a essas para a troca de produtos perecíveis, devido a precarização dos meios de transportes, ocorrida após a falência dos seringais. Por outro lado, o poder público presente nas cidades, não tinha atuação significativa nesse meio rural.

Será, portanto, no contexto dessas profundas mudanças que a velha estrutura fundiária do Estado passará também por uma remodelagem: saem de cena os seringalistas e entram os fazendeiros. O governador Francisco Wanderley Dantas, cumprindo os seus objetivos de modernizar o Estado, conseguiu atrair poucos compradores, mas estes compraram muitas terras e fizeram das arcaicas e falidas estruturas dos seringais, fazendas para criação de gado. Não houve, contudo, investimentos em agricultura por parte desses comparadores de terras.

A devastação das matas para o plantio do braquiária, do brizantão e outros tipos de capins provocou modificações significativas nos ecossistemas existentes, pois a partir de sementes geneticamente modificadas, essas espécies invasoras passavam a dominar os espaços onde eram aplicadas, não permitindo o crescimento de outros vegetais. Os imensos desmatamentos levados a cabo pelos novos adquirentes das terras, denominados na região como “paulistas”,<sup>2</sup> viraram padrão de beleza e argumento para reforço das teses desenvolvimentistas, ou seja, quanto mais desmatado, quanto mais capim plantado,

---

<sup>2</sup> O termo “Paulistas” é um termo polissêmico. Pois além de servir para designar paranaenses, goianos, mato-grossenses, gaúchos, mineiros e paulistas, os principais compradores de terras no Acre, também servia como pejorativo em alguns segmentos da sociedade, como modelo para outros. “Esses paulistas miseráveis querem acabar com tudo” (Fala do extrativista Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao pesquisador COSTA SOBRINHO, 1992). “Esses empreendedores (paulistas), são a demonstração de que o desenvolvimento é possível” (Fala do então governador Francisco Wanderley Dantas (COSTA SOBRINHO, 1992, p.145).

maiores as exaltações de beleza e maiores os índices de progresso eram anunciados pelos governantes.

A modernização proposta era predatória, não respeitava o ambiente, o ecossistema, muito menos as populações que, remanescentes dos seringais, tinham desenvolvido suas formas de vida naqueles territórios. Essas populações que nos dois surtos da borracha<sup>3</sup> haviam sido fundamentais para a economia brasileira, quando a borracha acreana tinha importância internacional e servia de padrão mundial (Acre-fina), nesse processo de “desenvolvimento/modernização” foram simplesmente tratadas como redundantes,<sup>4</sup> populações excedentes, atrasadas e que atravancavam o progresso.

Porém, essas mudanças organizadas pelas autoridades do Estado e empresários de outras regiões propiciaram, paradoxalmente, a entrada em cena desses novos agentes na história do Estado, os seringueiros/extrativistas (também denominados mais tarde como “povos da floresta”, incluindo os indígenas). A contestação ao novo modelo, interposta pelos extrativistas, denominada Empates,<sup>5</sup> não foi fruto de um planejamento com sentido ecológico, preservacionista ou conservacionista,<sup>6</sup> nem mesmo oposição política ao regime, foi antes uma luta pela sobrevivência, uma manifestação de que ali naquele espaço havia vidas.

Os Empates aparecem com o intuito de garantir a permanência na terra e a preservação do modo de vida ali praticado. Outras funções serão atribuídas e

---

<sup>3</sup> Denominam-se “surtos da borracha” os dois períodos em que o produto oriundo dos seringais nativos da Amazônia teve importância destacada na economia nacional como matéria para exportação, ou seja, de fins do século XIX até 1915 e de 1941 até 1945. A denominação “surto” é uma forma de contrapor a ideia anterior que denominava esses períodos de “ciclos da borracha”.

<sup>4</sup> **Redundante** – É um termo usado por Zygmunt Bauman para identificar pessoas que ultrapassaram a condição de desempregados, pois para ele as palavras desigualdade e despropósito que também usam o prefixo (des) costumavam indicar um afastamento da norma. O redundante não anuncia nenhuma situação de anormalidade ou anomalia, nenhum indício de doença ou lapso momentâneo. Redundância sugere permanência e aponta para a regularidade da condição. Nomeia uma condição sem oferecer um antônimo prontamente disponível. Sugere uma nova forma de normalidade geral, e o formato das coisas que são imanentes e que tendem a permanecer como são.

<sup>5</sup> **Empates** – É a denominação que foi dada pelos próprios extrativistas para a mobilização que passaram a realizar com o intuito de barrar desmatamentos em áreas por eles ocupadas. O “Empate” consistia na mobilização de todas as famílias que residiam em determinada área, ajudados por moradores de outras áreas (incluindo mulheres e crianças), que se postavam diante dos peões contratados pelos “paulistas” para efetuarem um desmatamento. Comumente estavam munidos com suas espingardas e seus facões, mas os organizadores faziam questão de ressaltar que o movimento era pacífico e tentavam dissuadir o “chefe” da derrubada a não fazê-la, através do diálogo.

<sup>6</sup> **Preservacionista/conservacionista** – Os termos são usados para caracterizar correntes de ambientalistas: Os conservacionistas que defendem a exploração sustentável de recursos naturais, buscando formas de garantir sua reprodução para o futuro e considerando a presença humana no ambiente e, os preservacionistas, que defendem a permanência do meio, intocado, com presença restrita do homem e sem atividades produtivas nesses espaços. (Há divergências quanto a essa conceituação, mas não é nosso objetivo desenvolvê-la aqui).

incorporadas ao e pelo movimento, em seu curso e nas fases posteriores. Focaremos a partir dos dados disponíveis alguns dos rearranjos que se entrecruzam no desenvolvimento desse movimento e seus desdobramentos, principalmente as apreensões dos que veem de fora os acontecimentos que permitiram o surgimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, posteriormente, das Associações de Moradores das Reservas Extrativistas (Amorex), além da nova configuração da posse da terra neste espaço regional.

A importância dada por segmentos acadêmicos a esses movimentos e as repercussões locais, regionais, nacionais e internacionais, que ficaram registradas nas ações que seguiram as fases mais agudas dos conflitos gerados pelas forças litigantes nas disputas por terras, modos de vida e questões ambientais nessa região, projetaram disputas de concepções entre os que veem o capitalismo, o socialismo e o ambientalismo, colocados como modalidades políticas que influenciaram os rumos dos acontecimentos pós década de setenta no Acre.

Outro fato destacado no estudo desse movimento é o de ser por um lado uma história de pessoas redundantes, que de forma muito rápida ganham representação política e, principalmente, ecológico-ambiental, projetando indivíduos para estruturas de poder antes inimaginadas, tais como governos estaduais, prefeituras, ministérios, organismos multilaterais internacionais, Organizações Não Governamentais (ONG's), adquirindo importância e imprimindo a esses temas o status de políticas públicas amplamente debatidas nas mais distintas estruturas sociais, bem como transferindo parte desse poder para indivíduos que passaram, nos espaços urbanos, a representá-los.

### **Os significados dos “Empates”**

Para entendermos os Empates, devemos buscar antes, como se formou o conjunto populacional que lhe deu corpo. Segundo dados da FIBGE, a população do Acre em 1970 era de 215.299 habitantes, sendo que 59.307 (27,54%) viviam nas cidades e, 155.992 habitantes (72,46%), viviam na zona rural, ou seja, um pouco mais de 2/3 da população vivia no que se considera, pelos padrões referenciais brasileiros, zona rural. Já no ano 2000 os números apontam para uma percentagem de 66,35% dos habitantes vivendo na zona urbana e 33,65%, vivendo na zona rural, numa população total de 557.337 habitantes. Esses números ajudam a perceber que aqui também se registrou o fenômeno

do êxodo rural, como em quase todo o Brasil, mas também demonstram que mesmo com os grandes conflitos pela posse da terra e os desmatamentos para construção das fazendas de gado, permaneceu significativa a população rural no Estado.

Porém, a história da formação do grupo social que atuará de maneira diferenciada nesse contexto, surgirá após a segunda falência dos seringais nativos, no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa falência engendrou uma reinserção produtiva dos antigos seringueiros. Isto aconteceu porque a produção de borracha, desde a primeira experiência de sua utilização como produto econômico, era voltada quase que exclusivamente para exportação e, para esse fim, foi montada uma estrutura denominada aviamento que, além da exportação da borracha natural, tinha uma mão dupla: a importação de vários produtos, dentre os quais, víveres que compunham o atendimento das necessidades básicas do seringueiro, tais como, enlatados em geral (carnes, leite em pó, banha, biscoitos), tecidos, remédios, armas, munição, sal, tabaco (cigarros) e uma série de outras mercadorias que eram repassadas pelas casas aviadoras e que através do Barracão chegavam aos seringueiros, tornando-os produtores/consumidores dentro da estrutura de comércio global.

A crise no preço da borracha nativa após o restabelecimento do acesso ao produto dos seringais de cultivo asiático, pelo mercado estadunidense e europeu, no pós-Segunda Guerra, gerou também uma crise de abastecimento nos seringais amazônicos, promovendo um afrouxamento do poder do patrão sobre o seringueiro e um retorno deste a um sistema de abastecimento de subsistência, que segundo Wolff (1999, p.107) nos coloca:

[...] diante de um caso de transformação, em menos de um século, de uma população grandemente inserida no mercado, tanto mediante a produção de uma mercadoria, a borracha, como mediante o consumo de mercadorias industrializadas, em uma população com modo de vida grandemente voltada à subsistência. De uma população advéncia, vinda de regiões bastante diferenciadas, que se torna conhecedora da “natureza e seus ciclos” e dependente de um território que reconhece como “seu”, a floresta.

Dessa forma se modela o que Diegues (1996, p.87-88), chama de População Tradicional, dessa parte da Amazônia Ocidental, compreendendo que entre modernidade e tradição não há uma incompatibilidade excludente, mas sim uma

convivência tensa e dialética. Para Diegues (1996, p.87-88), as culturas e sociedades tradicionais caracterizam-se pela:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração em geral por via oral;
- c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para as terras de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício de atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) Fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Auto-identificação, ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Contudo, foram esses homens e mulheres que anteriormente tinham uma ligação, mesmo que indireta, com o mercado global que imergiram nesse novo modo de vida. Um modo de vida quase autônomo, pois a nova conjuntura mundial os havia descartado de seu processo produtivo. Poderíamos até dizer que as distâncias e as dificuldades de acesso às cidades ditavam o isolamento que os relegou a situação de “esquecidos”, ou redundantes pelo poder público, mas como sabemos, antes eles estavam incorporados, isto é, quando o produto do seu trabalho como extrativista era necessário ao mercado internacional, havia meios bem elaborados de encontrá-los e comandá-los, agora, porém, a conceituação de redundantes de Bauman (2005, p.20), mesmo considerando que ela foi aplicada a trabalhadores europeus, parece bastante significativa para ilustrar esse tipo de situação, pois para ele:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo *fato de ser dispensável* – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com *refúgio*. O destino dos *desempregados*, do “exército de reserva da mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refúgio é o depósito de dejetos, o monte de lixo.

A conceituação de “redundância” de Bauman parece ser muito dura quando pensamos que ele está mesmo descrevendo situações reais, de seres humanos que são jogados para fora do curso do desenvolvimento capitalista, mas, nessa nova fase, para as populações remanescentes dos antigos seringais, a articulação com o meio era fundamental para a sobrevivência, pois com a destruição do sistema de aviamento, foi bloqueada a via de acesso aos produtos do mundo urbano. A partir dessa desarticulação eles estavam ainda mais distantes dos remédios produzidos em laboratórios, dos alimentos industrializados e outros mantimentos que lhes chegavam anteriormente vindos do Barracão. Agora deviam produzir eles mesmos seus remédios e outros suprimentos alimentares. Para isso, tiveram que reestruturar seu relacionamento com a natureza, para articular algum tipo de prática agrícola, pois a economia extrativista organizada pelos seringalistas havia inibido essa atividade.

Porém, esse novo modo de vida não ficaria muito tempo sem ser atravessado pelo ordenamento característico da sociedade brasileira, como bem caracterizado nas obras de autores diversos passando por Oliveira Viana e indo até Gilberto Freyre, onde para eles o domínio político das famílias, dos potentados rurais, determina a ação do aparelho governamental. De acordo com Freyre (1942, p.120), “a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo que, aqui madrugou”. Mas a rigor, como bem percebeu Roberto DaMatta (1997, p. 24), fica difícil compreender o funcionamento da sociedade no Brasil, se não levar em conta que ela se processa



[...] por meio de códigos sociais complementares e até certo ponto diferenciados: o código da casa (fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio) e o código da rua (baseado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega as raias do absurdo). Quer dizer: a precisão com que os vários intérpretes tomam a “casa” ou a “rua” como ponto focal de suas análises não é somente uma questão de gosto ou de posicionamento político [...], mas é também um problema da própria operação da sociedade que funciona acionando tanto o código das relações pessoais quanto às leis da economia política [...] no caso brasileiro, a sociedade sintetizou de modo singular o seu lado tradicional (simbolizado no paradigma da casa; ou melhor: da casa como um modelo para a sociedade) e o seu lado “moderno” (representado por um conjunto de leis que deveriam tornar o país uma sociedade contemporânea).

Enfim, o que pretendemos trazer à tona com o exposto é a ideia de que não faz sentido buscar no Acre singularidades políticas distintivas das características gerais da formação social brasileira. A sua especificidade deve ser buscada na investigação do modo como se operam essas conexões entre as relações pessoais e a esfera pública. Nesse sentido, tão importante quanto identificar as rupturas desencadeadas pelo processo de “modernização”, é observar as permanências, as continuidades que definem os seus contornos.

Analisando o caso das transferências de terras dos seringalistas para os fazendeiros “paulistas”, Silva (1998, p.28) conclui que:

[...] o processo de transferência das terras do Acre aos compradores do Centro-Sul teve como resultado mais viciado a manutenção da estrutura fundiária concentrada, excluindo milhares de trabalhadores do acesso à terra, por meio da concentração da propriedade da terra, propriamente, ou mediado por violentos métodos de expulsão de posseiros e seringueiros.

Foi assim, então, que a orquestração do Governo do Estado, para modernizar, desenvolver, trazer o progresso, relacionando-se com a chegada dos “paulistas”, promove o reaparecimento dos trabalhadores extrativistas na cena social do Estado. Só que esse reaparecimento coincide com o período onde estava em processo um forte debate sobre o conceito de desenvolvimento, combinado com a luta ambientalista. As grandes nuvens de fumaça oriundas das queimadas chamaram atenção dos ambientalistas no mundo inteiro e, através das Organizações Não Governamentais

(ONGs) e de setores da Igreja Católica, iniciou-se um movimento de denúncia contra o desmatamento e a violência contra os trabalhadores extrativistas. Então, no âmbito da questão ambiental e do combate à violência começou-se a dar visibilidade aos trabalhadores que organizavam os “Empates”. Mas, a questão não era só ambiental. A violência dos capangas dos fazendeiros, a truculência policial, as mortes e ameaças, perturbavam a vida desses trabalhadores extrativistas. É neste contexto que aparecem os outros agentes que vindos de fora do mundo construído pelos “povos da floresta”, se somaram para organizar a contestação do projeto social, econômico e político, bem como para organizar a resistência de forma mais eficiente, ou diferente.

Os novos parceiros dos trabalhadores extrativistas, além dos ativistas ambientais ligados as ONGs, eram: alguns militantes políticos de esquerda; setores da Igreja Católica com afinidades com a Teologia da Libertação; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e; alguns dirigentes estudantis da Universidade Federal do Acre, todos agindo com muita cautela para não serem identificados pelos serviços de informação do governo, mesmo que no início da década de oitenta, os ventos da abertura política já tivessem começado a soprar. De qualquer maneira serão esses segmentos que irão se posicionar ao lado dos trabalhadores para, pela primeira vez, falarem de seus direitos, já que as forças do Estado sempre estavam ao lado dos “legítimos” proprietários.

Dessa conjunção de agentes emergirá uma espécie de tradição. Uma tradição que podemos considerar inventada, similar a que descreve Hobsbawm (1997, p.9), quando ele diz que: “Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. Mas, o fato que será posteriormente distinto nos processos conflituosos da mudança na estrutura produtiva no Estado do Acre como tradição desses trabalhadores, não residirá na luta pela terra, mas sim, no seu caráter de “guardião da floresta” (ESTEVES, 1999). A defesa desses trabalhadores não foi construída exclusivamente sob o argumento da “terra para quem nela vive e trabalha” da Cartilha da Pastoral da Terra, foi antes, reforçada por toda uma construção de cunho ambientalista e devidamente lubrificada pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, do Equilíbrio Ambiental e do Respeito à Pluralidade Social.

A tradição inventada a que me refiro é a tradição ecológico-ambiental, que após a Conferência da Biodiversidade, realizada em Estocolmo, Suécia em 1972, difundiu pelo mundo os princípios ambíguos do preservacionismo e do conservacionismo ambientais.

A consciência ambiental que existia entre os extrativistas era elementar. Quando viram os desmatamentos e a ação dos novos donos das terras para expulsá-los, reagiram conforme suas condições: muitos ajudaram a dar número as estatísticas do êxodo rural, mudando-se para a periferia das cidades; outros atravessaram a fronteira para a Bolívia e; os que não optaram por uma ou outra dessas alternativas, organizaram a luta pela permanência e contra a ação (desmatamento) que os impediriam de manter-se naqueles lugares. Portanto, percebemos que o estilo de vida das populações que vão se destacar na organização dos Empates não era, definitivamente, muito antigo, já que eram remanescentes dos seringais e nem sequer tinha um conjunto formal de procedimentos que pudesse ser suscitado como tal. Sua articulação mais perceptível era mesmo a questão fundiária que já se colocava como problema anterior à chegada dos “paulistas”.

Nesse caso, contudo, o conceito de população tradicional de Diegues e o de invenção de tradição de Hobsbawm, se conjugam para podermos entender esse conjunto populacional que, mesmo vivendo num território onde se apresentam fortes barreiras para o deslocamento e a comunicação, conseguia manter vínculos familiares, compadrio e outras atitudes cooperativistas (adjutório/vizinhança),<sup>7</sup> objetivando sua subsistência.

No processo de articulação desse novo modo de vida essas populações remanescentes dos seringais não tiveram facilidade para ocupar as terras, pelo contrário, mesmo que estivessem “desocupadas” e improdutivas, essas terras eram reivindicadas pelos antigos seringalistas e tidas como suas pelas estruturas do poder, portanto, já havia um certo conflito na ocupação, pois os antigos donos insistiam na cobrança de “renda”<sup>8</sup> (espécie de pagamento pela ocupação da terra), situação esta que foi agravada com a venda e nova destinação dadas a elas, já que os novos proprietários tinham planos de plena ocupação, portanto, seriam proprietários e posseiros.

Porém, mesmo a questão fundiária, de propriedade e posse também tem significados diferentes nesses espaços nessa fase de transição. Os antigos seringalistas empobrecidos reivindicavam a propriedade da terra, mas para eles era interessante que os antigos seringueiros continuassem morando nelas, embora não detivessem a condição de

---

<sup>7</sup> A vizinhança, ato de repartir mantimento, principalmente carne de caça, é uma das únicas modalidades de sociabilidade econômica que era permitida aos seringueiros, pois o patrão estava impossibilitado de controlar essa atividade entre eles. Os adjutórios apareceram no período pós-falência dos seringais.

<sup>8</sup> A denominação “**Renda**”, consiste em uma cobrança anual que era feita pelos antigos seringalistas, contra os trabalhadores extrativistas, na base de 10% (dez por cento) de toda a produção, sob alegação de que esses trabalhadores estavam ocupando propriedades que lhes pertenciam. O pagamento podia ser feito em moeda ou produtos.

posseiro, pois só assim eles vislumbravam algum tipo de lucro com elas. O conflito que havia entre eles era a respeito da cobrança da “renda”, pois muitos seringueiros se negavam a pagá-la, por identificá-la como injusta. Já no período posterior, quando as terras foram adquiridas pelos “paulistas”, os antigos moradores eram vistos como entrave que necessariamente tinham que ser removidos, pois a destinação das terras para a pecuária não se compatibilizava com a presença deles, que dependiam da floresta para sobreviver e mais, seus produtos não interessavam aos novos proprietários, muito menos lhes interessava a floresta que era tida como um obstáculo à construção dos campos.

É nesse ambiente de articulação do Estado com os grandes proprietários, onde não havia afagos para as reivindicações dos trabalhadores, que surgiram essas outras forças que atravessaram essas relações, movimentando instrumentos que até então, não compartilhavam o cenário daqueles conflitos. As ações da Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); a chegada da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que ajudou a fundar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs); a presença de políticos de esquerda, principalmente comunistas, perseguidos pela ditadura militar que haviam chegado fugindo daquela; e, ainda a chegada de Organizações Não Governamentais (ONGs), que através de suas articulações internacionais, tornaram possíveis as denúncias acerca da violência e dos desmatamentos cometidos no Acre, formaram esse laboratório de onde se originou as reconfigurações territoriais, econômicas, sociais e políticas ainda em curso.

A introdução das temáticas ambientalistas e das teses do Desenvolvimento Sustentável, da necessidade de um outro modelo de Reforma Agrária, aliadas as denúncias acerca da violência e dos desmatamentos e queimadas, articuladas por setores da Igreja Católica e das ONGs, tanto em níveis local e nacional, como internacional, serão os componentes novos incorporados na vida dos trabalhadores extrativistas. Todas essas novas questões passaram a fazer parte do cotidiano desses trabalhadores, pautando os debates e discussões de seus encontros sindicais e, mesmo dos encontros festivos e religiosos que os juntavam.

A partir dessa convergência de setores variados, mesmo considerando as divergências políticas entre eles, passou-se a construir uma visão do “self made man” florestal, ou seja, passou-se a construir uma espécie de mito sobre essas populações: o de que eles eram os guardiões da floresta, que haviam constituído um modo de vida para

além dos conceitos urbanos do moderno. Uma espécie de mito de origem, assim como José Murilo de Carvalho (1990 p. 13/14) o descreve:

Em situações de confrontos sociais e disputas de projetos políticos, os grupos envolvidos buscam um mito de origem, com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado. O mito, ao procurar estabelecer uma versão dos fatos real ou imaginada, visa ser um instrumento de dotação de sentido e legitimidade às forças em disputa. No caso de uma solução, mesmo que temporária, para o conflito, o mito estabelecerá a verdade dos vencedores contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da ideia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão as personagens envolvidas, sendo relegadas a um plano secundário ou ao esquecimento ou, ainda, à categoria de heróis, constituindo um novo panteão.

Se não foi erguido imediatamente um novo panteão e se não foi resolvido o problema fundiário, muitas mudanças se processaram a partir da convergência desses setores urbanos para dentro da floresta. A resistência dos trabalhadores extrativistas encontrou nessa aliança outras formas de expressão. A vitimização dos trabalhadores extrativistas, as denúncias de depredação ambiental, instituíram o contraponto ao projeto governamental e desviou ligeiramente a questão meramente fundiária, onde o direito determinava a propriedade e posse, passando ao largo das questões sociais, Sant’Ana Júnior (2004, p.187) diz que:

Pode-se reconhecer na reação destes grupos às “ofensivas de modernização” implementadas pelo governo, grupos empresariais e fazendeiros, portanto, “vindas de cima”, um conjunto de iniciativas típicas de uma “ofensiva de modernização vinda de baixo”, pois se caracterizam por resistir aos constrangimentos e exclusões efetivados pelos “agentes modernizadores”.

Hobsbawm (1998, p. 218) indica que a história das pessoas comuns como campo específico de estudos é recente: “Começa com a dos movimentos de massa do século XVIII, mas atualmente tem repercutido e influenciado na boa perspectiva de exploração de dimensões desconhecidas do passado”. Apoiada nesta compreensão, a história dos empates pode ser entendida como boa representação dessa concepção, pois irá revelar um modo de vida que não era considerado nos espaços urbanos. Contudo, a história dos empates até o presente, tem sido apresentada na forma de memórias gravadas. Os

estudos realizados têm priorizado a história oral, em que pese o fato de alguns conflitos terem registros policiais e ações judiciais disponíveis. Em princípio, os envolvidos nos Empates eram pessoas comuns, desconhecidas pelas populações urbanas, até o momento em que foram fustigadas para abandonar as terras em que viviam. Após esses acontecimentos e a organização da resistência e suas repercussões alguns ganharam notoriedade regional, nacional e até mesmo internacional e são esses, os que ganharam mais notoriedade os que, prioritariamente, tem sido portadores das memórias pesquisadas e divulgadas como a história dos Empates.

Nos espaços urbanos o Bispo D. Moacyr Grechi, os padres Manoel Pacífico, Heitor Turrine e Leôncio Asfury; os ex-dirigentes estudantis Marina Silva, Marcos Afonso, Francisco Afonso (Carioca), Júlia Feitosa; os sindicalistas Pascoal Torres, Sérgio Taboada, Moisés Diniz, Edivaldo Magalhães; os membros de ONGs Jorge Viana, Gumercindo Rodrigues, Manuel Estébio, Arnóbio Marques; o representante da CONTAG João Maia, bem como os representantes oriundos da floresta, como Ivair Higino, Wilson Pinheiro, Osmar Facundo, Chico Mendes, Raimundo Barros, Elias Rozendo, José Mathias, Osmarino Amâncio, Júlio Barbosa, Dercy Teles, dentre outros (as), tem sido os mais entrevistados e os que mais tem emitido opinião sobre os acontecimentos que cercam as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que o Acre vem atravessando desde a década de setenta.

Nesta diversidade de segmentos sociais que se envolveram nos conflitos com os fazendeiros e com as forças repressoras do Estado, a contabilidade de perdas provocadas por mortes atingiu principalmente o segmento dos trabalhadores extrativistas. Os assassinatos de Ivair Higino, Wilson Pinheiro e Chico Mendes foram, sem dúvidas os mais sentidos, pois eles estavam na linha de frente da contestação, dirigindo os sindicatos de Xapuri e Brasiléia. Porém, as ações de prisões arbitrárias, ameaças, torturas, e mortes atingiram uma quantidade significativa desses agentes, onde nem mesmo os padres e bispos estavam imunes.

Orientando a ação de cada um desses segmentos, contudo, havia representações políticas que algumas vezes funcionavam como elemento de ligação, outras como elemento de desagregação. Obviamente, o que os unia era a luta contra a ditadura militar no plano geral e a luta contra a repressão no plano local, mas, as orientações para a direção do movimento eram bem díspares. PC do B e PRC, eram os dois partidos (ambos clandestinos) que mais tinham militantes e queriam revestir o movimento com

características revolucionárias, vindo nos seringueiros os representantes de classe que faziam a revolução. Francisco Afonso Nepomuceno, o Carioca, dirigente estudantil que militava no PRC, diz que:

O PRC fez uma leitura de que no Acre teria que ter uma relação direta com a classe trabalhadora, aquilo que se vinculava diretamente com a economia do Acre, o extrativismo e os seringueiros. Tinha, portanto, uma relação direta com a intelectualidade acadêmica, via movimento estudantil, e o outro pé estava fincado na base. Por isso, foi eleito (o município de) Xapuri que começava ter uma resistência, através dos empates, ao modelo pecuário-madeireiro implementado a partir da década de 70. Assim, o movimento estudantil, via PRC, mantinha essa relação porque o partido estava organizado nos dois setores. As atitudes dos militantes do PRC era presidida pela utopia da luta de classes e os seringueiros vistos como a classe revolucionária, pois questionavam o status quo, através da disputa pela terra, dos empates, do enfrentamento com o Estado e dos setores que representava o Capital (Entrevista realizada em 24/11/2000. Apud. Sant'Ana Júnior, 2004, p.206-207).

O Partido dos Trabalhadores (PT), que estava em processo de fundação no final da década de setenta e se organizava no Estado com base nos trabalhadores extrativistas, tinha sua estrutura quase que totalmente vinculada as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, constituirá outra força política que exerceria influência nos rumos do movimento dos trabalhadores extrativistas. Osmarino Amâncio, sindicalista rural assim comenta esse período:

Realmente aqui a gente começava a reunião do PT e terminava com as orações dos fiéis, o Pai Nosso era o que fechava. Isso tem um sentido, porque disso. Primeiro que a Igreja aqui deu muito apoio a certos líderes que militavam na clandestinidade e quando surgiu o PT, aqui o berço do PT foi a Igreja Católica. Foi através dos sociólogos da Igreja ligada às Comunidades de Base, através dos teólogos, dos padres e freiras. E devido aos conflitos, porque estava todo mundo envolvido nos conflitos. Então, tanto fazia ser do PT, como ser do sindicato, na hora de discutir estavam ali as mesmas pessoas. Então, quando fazia uma reunião, para não perder tempo, fazia logo as reuniões do sindicato, do partido e da Igreja. Pegava um domingo, que era o dia das reuniões, e que vinha todo mundo. Para não perder muito tempo, fazia a reunião das Comunidades de Base da Igreja, depois fazia a discussão do sindicato e fechava com a discussão do PT. No final dava o sermão, rezava o Pai Nosso e ia todo mundo pra casa. E cada um pegava aquilo na mente que mais lhe interessava, porque alguns ficavam para assistir a reunião do PT, outros ficavam para assistir a reunião das comunidades de base e outros ficavam porque estavam interessados na discussão sindical. (Entrevista realizada em 04/08/1999 – Apud. Sant'Ana Júnior, 2004, p.204).

Do ponto de vista ambientalista as proposições eram mais voltadas para fortalecer alianças que permitissem a ampliação dos novos objetivos traçados, Arnóbio Marques (ex-militante do PRC), representante da ONG, Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), comenta:

[...] pela originalidade, pelas características do Acre, pelo apelo da Amazônia e pelo grau de violência dos conflitos pela terra registrados nos jornais do Centro-Sul, vários intelectuais foram despertados a passarem pelo Acre, a fazerem teses sobre o assunto. O Chico (Mendes) era muito procurado por essas pessoas e aprendia muito com elas. Ele sacou o potencial do movimento se fosse vinculado às lutas ambientalistas. Sacou que movimentos de protesto teriam pouco resultado se não carregassem bandeiras propositivas. Começou a perceber que o Estado não é um bloco monolítico e passou a ter a adesão de vários técnicos do aparelho de Estado (INCRA, IBAMA, DA EMATER – onde tinham vários militantes do PRC) e que muita coisa poderia ser conseguida de forma propositiva e até com projetos governamentais. O Chico também teve contato com Mary Allegrety, Mauro Almeida, intelectuais que colaboraram na construção do novo conceito de reserva extrativista. Este conceito nasceu em uma reunião com índios na qual se comparou a reserva indígena com a reforma agrária diferenciada desejada pelos seringueiros e alguém sugeriu que fosse chamada de Reserva Extrativista. A partir da primeira conferência do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 85, passou a ser a grande bandeira, que ganhou adesão de todos (Apud. Sant'Ana Júnior, 2004 p. 225-226).

As três falas acima, apontando segmentos de algumas correntes que estavam envolvidas nos acontecimentos que cercavam os empates, servem apenas para ilustrar o grau diferenciado de perspectivas que atravessavam o movimento de resistência dos trabalhadores extrativistas.

A influência e importância política, adquiridas pelos que militaram junto aos trabalhadores extrativistas, posteriormente, vão demonstrar que as correntes ligadas a Igreja Católica e aos ambientalistas foram às vencedoras. As propostas de radicalização da luta, com viés classista, encabeçadas pelos militantes do PC do B e do PRC, foram aos poucos sendo afastadas pelos dirigentes sindicais e líderes dos trabalhadores extrativistas, impondo um deslocamento dos militantes partidários para os espaços urbanos, onde mantiveram até o final da década de noventa o domínio do movimento estudantil na Universidade Federal do Acre e nos sindicatos ligados ao serviço público, especialmente os da saúde, da educação, bancários e urbanitários.



Por outro lado, no final da década de setenta os segmentos ligados a Igreja católica e aos ambientalistas das ONGs, se juntaram no esforço de fundação do Partido dos Trabalhadores, que atrairia também alguns militantes e ex-militantes do PC do B e agasalharia os militantes do PRC como uma corrente desse novo partido em formação.

A partir do início da década de oitenta, esses grupos começaram a participar ativamente dos embates eleitorais, com o PT lançando candidatos próprios aos cargos majoritários e legislativos e o PC do B, dentro da Tendência Popular do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançando candidatos a cargos legislativos, ambos tiveram pouco êxito para os cargos majoritários, mas conseguiram eleger alguns vereadores e dois deputados estaduais, um pelo PC do B (na legenda do MDB que ganhou o governo) e um pelo PT, nas eleições de 1982.

Essas forças políticas viveriam situações de conflitos abertos até 1989, quando, após a reabertura política o Partido dos Trabalhadores e o PC do B, já de volta à legalidade, juntamente com o PSB, formaram a Frente Brasil Popular para apoiar a candidatura de Lula à presidência da República. A partir daí, com poucos momentos de rompimento geral esses três partidos entram definitivamente no cenário político acreano, ficando uma cunha no bipartidarismo que vigorava no Estado desde o Golpe Militar de 1964. Disputando as eleições em todos os campos e mantendo fortes ligações com os sindicatos de trabalhadores rurais, com setores da Igreja Católica e com os movimentos ambientalistas, especialmente os ligados as ONGs. Suas bandeiras políticas foram ao longo dos anos se diferenciando das outras duas forças remanescentes do período de bipartidarismo, por defender as teses do desenvolvimento sustentável, das alianças formadas com os trabalhadores rurais e urbanos, principalmente os que se organizavam em sindicatos e, com os movimentos de estudantes secundaristas e universitários que, de uma forma ou de outra, atavam suas teses classistas com reivindicações mais localizadas, como meia passagem nos transportes coletivos, meia-entrada nas casas de espetáculos e praças esportivas, moradia estudantil, etc.

A força desse movimento no sentido de influenciar as políticas públicas e mudar, inclusive o conceito de reforma agrária que vigia no país, foi substantiva para a criação das Reservas Extrativistas e para o reconhecimento das colocações<sup>9</sup> como medida agrária na região, bem como para ganhar eleições que permitiram esse conjunto heterogêneo

---

<sup>9</sup> **Colocações** é o nome que se dá aos lugares onde estavam estabelecidas as estradas de seringa. Esses lugares não têm contornos definidos de forma linear, mas sim acompanhando a distribuição das madeiras de seringa, previamente, identificadas por um mateiro e reconhecidas no padrão conceitual da estrutura do seringal.

ganhar o Governo do Estado, manter maioria na Assembleia Legislativa e ocupar várias Prefeituras e Câmaras Municipais. Após ganhar a primeira eleição para o Governo do Estado, em 1998, esse grupo adotou o slogan “Acre: Governo da Floresta”, que tem como símbolo uma árvore que representa uma castanheira e passou a se posicionar como representante dos “povos da floresta”.

Porém, a heterogeneidade do grupo que catapultou essa força política para os cargos de direção do Estado, constituiu também sua força de oposição. Observando o crescente poder dos setores ligados a Igreja Católica e aos ambientalistas nos cargos de primeiro escalão e, conseqüentemente, implementando a operacionalização de políticas que representavam suas posições políticas, os grupos classistas começaram a denunciar a despolitização das questões mais agudas que eles vislumbravam como do interesse dos trabalhadores, que estariam sendo substituídas por políticas conciliadoras, que acobertavam intervenções imperialistas e que tangenciavam a resolução dos problemas agrários e de infraestrutura, ou mesmo, questionavam o papel do Estado na resolução de problemas canônicos que atormentavam esses trabalhadores, como a não concessão de títulos de propriedades que lhes garantissem a permanência na terra. Paula (2003, p.60), argumenta:

Sustentamos que face à ação do Estado nos conflitos fundiários – particularmente a atuação do INCRA nas desapropriações para fins de assentamento – a luta pela terra perdeu sua centralidade, cedendo lugar a reivindicações voltadas para a dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas, bem como a busca de “alternativas de desenvolvimento” referenciadas na esfera do mercado. O MSTR (Movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais) tornou-se menos representativo e em seu lugar surgiram novos mediadores, que passaram a concorrer com o sindicato na mediação com instituições governamentais, organismos multilaterais (como o Banco Mundial e BID), Agências Não Governamentais – ANG, etc.

Esse novo rearranjo engendrado pelo governo estadual está em acordo com o que Paula (2002) entende como desmontagem dos sindicatos classistas, bem como encontra eco nas análises de Chossudovsky (1999), onde para ele nos lugares em que houve predominância do pensamento das ONGs,

[...] a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade social e econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manipulações do sistema econômico global. Esse dogma neoliberal “oficial” também cria

seu próprio “contra-paradigma”, incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no “desenvolvimento sustentável” e na “diminuição da pobreza”, ao mesmo tempo que distorce e “disfarça” as questões políticas referentes à pobreza, à proteção do meio ambiente e aos direitos sociais das mulheres, das crianças, etc. Essa contra-ideologia raramente desafia as prescrições da política liberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.34).

Nessa mesma linha, James Petras (1999), considera que:

Os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela “de baixo”, a promoção de organizações “comunitárias de base” (“grass roots”) com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitivas, para criar um “amortecedor social”. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com movimentos sóciopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de noventa havia milhares dessas organizações descritas como sendo “não governamentais”, as quais recebiam por volta de 4 bilhões de dólares de todo o mundo. As ONGs tornaram-se a “face da comunidade” do neoliberalismo, intimamente relacionadas aqueles no topo e complementando o seu trabalho nocivo aos projetos locais. Efetivamente, os neoliberais organizaram uma operação “pinça” ou uma estratégia dupla. Infelizmente, muitos da esquerda concentraram-se somente no “Neoliberalismo” de cima e de fora (FMI, Banco Mundial) ao invés de se concentrarem no neoliberalismo de baixo (ONGs, microempresas). Uma das principais razões para que esse fato tenha sido passado por alto foi a conversão de diversos ex-marxistas à fórmula e prática das ONGs. *O pós-marxismo foi o passe ideológico* da política de classe para o “desenvolvimento comunitário”, do Marxismo às ONGs. (PETRAS, 1999, p.44/45/46).

### Considerações finais

Passados pouco mais de trinta anos do início das lutas de resistências contra as desapropriações e os desmatamentos que estavam em curso no Acre a partir de meados da década de setenta e considerando as mudanças na estrutura produtiva do Estado, alguns cenários podem ser observados, principalmente, os que dizem respeito à paisagem natural, as representações políticas e ao funcionamento dos novos mecanismos econômicos.

No início da década de setenta, vivíamos o resultado da falência dos seringais nativos e uma crise de abastecimento sem perspectivas de resolução, pois toda a economia e o seu suporte estavam voltados para o extrativismo vegetal, principalmente da borracha e da castanha e os transportes tinham como via de acesso unicamente os

rios, ou os vôos irregulares de aviões do governo ou os proibitivos (pela carestia) aviões particulares que serviam à pequena parcela da população.

Na virada do século XX para o XXI, os dados do IBGE apontavam um rebanho bovino quase quatro vezes maior do que a população e, mesmo registrando ainda um forte vínculo com o extrativismo, o produto mais importante ao lado do gado, era a exploração madeireira, tendo o transporte mudado sua matriz para o sistema rodoviário. Embora metade do Estado ainda não disponha de estradas asfaltadas, os rios, devido ao processo de assoreamento provocado pelos desmatamentos, estão paulatinamente deixando de ser alternativa de transporte.

Mas, também é visível que mudaram os personagens da história no Estado. Além de Plácido de Castro, herói da “Revolução Acreana”, no final do século XIX e início do XX, o Estado ganhou outro herói nacional, no final do XX, Chico Mendes, seringueiro oriundo das camadas mais pobres da composição social. Junto ao Acre dos seringalistas, dos grandes fazendeiros, vimos nascer o Acre dos seringueiros, dos povos da floresta. Do modelo de Reforma Agrária, baseada em lotes simétricos, vimos nascer as Reservas Extrativistas, respeitando as delimitações das colocações dos seringueiros. Então, ao invés de pequenos agricultores, temos extrativistas. Dos pobres, redundantes que representavam o atraso, que travavam o progresso, surgiram os modelos da sustentabilidade, da viabilidade econômica e do respeito à natureza.

São muitas as mudanças. O Acre se tornou mais plural e seus contrastes foram revelados. Muitos sem nomes, sem rostos, sem história, foram convidados a sair da caverna (poderíamos dizer da mata), puderam ver além das sombras, isto é, da copa das árvores, foram vistos. Seus nomes agora constam nos livros, viraram objetos de estudos, foram reconfigurados, continuam sendo reconfigurados.

Mas, há algumas questões que ainda precisam ser melhor observadas. No Acre não tem Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST). Teve Empate, mas não tem MST. Tem Sindicato de trabalhadores rurais, mas não tem MST.

Como pôde se estabelecer esse quadro, se a questão fundiária, foi o argumento mais forte para o desencadeamento dos Empates? Paula (2003, p.112/113), aponta uma pista que pode ajudar a compreender os rearranjos equalizadores das disputas por terras no Acre. Segundo ele:

As classes dominantes e a agência governamental responsável pela regularização fundiária no estado, o INCRA – em que pesem os diversos

conflitos nas suas inter-relações –, definiram estratégias capazes de assegurar a legitimação da grande propriedade rural latifundiária. No essencial, essas estratégias basearam-se numa flagrante transgressão da legislação vigente (consubstanciada, sobretudo, na aprovação da Exposição de Motivos 77/78), legitimada ideologicamente como uma necessidade de “adaptação das leis” à “complexidade jurídica” da questão fundiária. O grande problema era firmar na esfera da “sociedade política” um consenso para sacramentar o “pacto pelo alto”. Essa dificuldade foi potencializada pela entrada das classes subalternas, via MSTR, nesse campo de disputas políticas. Ao legitimar politicamente as suas demandas por terra – respaldado por fortes mobilizações coletivas –, esse sindicalismo impediu que as classes dominantes excluíssem os segmentos sociais subalternos do acesso à propriedade da terra. Contudo, se no momento inicial de sua atuação a luta pelo cumprimento da legislação foi fundamental para questionar a legitimidade da propriedade latifundiária e afirmar os direitos dos “posseiros”, no momento seguinte, após a aprovação da EM 77/78, essa situação inverteu-se, isto é, ao continuar lutando pela aplicação das leis, o MSTR acabou avalizando a adoção de um mecanismo jurídico fraudulento. Pode-se afirmar que esse procedimento levaria o MSTR no Acre a sofrer sua primeira derrota política relevante.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos entender que a substituição de uma luta mais articulada no sentido de confrontar as políticas do governo, com o viés mais classista pelo debate com os setores representativos da estrutura governamental, como o INCRA, ou mesmo a substituição de uma representação mais classista por uma visão de mundo mais conciliatória, como a da Igreja Católica e a visão colaboracionista da maioria das ONGs, foi fator preponderante para demover as características mais radicais que existiam no seio do movimento dos trabalhadores extrativistas.

Mesmo mudando as lideranças políticas, o sistema representativo foi engendrado de tal forma que os substitutos não mudaram muito, o que os substituídos vinham operando. Foram criadas Reservas Extrativistas, é certo, mas permaneceram as grandes propriedades e a matriz pecuária continua sendo o segmento econômico mais desenvolvido, só perdendo espaço para as atividades madeireiras que a partir da década de noventa, vem se constituindo a principal atividade econômica do Estado. Atividade esta extremamente concentradora e em grande parte clandestina, mesmo que o atual Governo defenda o manejo florestal como política garantidora da sustentabilidade.

Enquanto isso, os moradores das Reservas Extrativistas são submetidos a uma legislação federal (o Estatuto da Reserva Extrativista), que dispõe de regras que determinam as ações que podem ser desenvolvidas naqueles espaços, impondo condições e punições para o descumprimento, enquanto as ONGs vão operando “projetos” para

diversificar as fontes de renda, buscando fazer a ligação direta dos produtos da floresta com mercados consumidores europeus, principalmente os consumidores ligados às causas ambientais, que defendem uma economia ecologicamente sustentável.

Enfim, olhando o resultado das manifestações dos trabalhadores extrativistas, a partir da organização dos Empates, suas alianças e suas implicações políticas, econômicas e sociais, podemos enxergar um conjunto de mudanças que estão impressas nos novos marcos da história recente do Acre: os conflitos mais acirrados foram sendo deslocados para os campos institucionais; mudou o status do seringueiro (extrativistas), passando a ser considerado no âmbito das políticas governamentais; as modalidades extrativistas foram diversificadas, resultando no que ficou conhecido como neoextrativismo; constituiu-se nova base político-administrativa no Estado com participação dos seringueiros; socialmente o seringueiro deixou de ser visto, nos espaços urbanos, como representação do atraso; houve uma tentativa de juntar a sabedoria deles com o conhecimento técnico através de projetos com a universidade e setores afins do governo; desenvolveu-se políticas compensatórias, visando diminuir o déficit escolar e de assistência a saúde. As manifestações e tentativas de inclusão não podem ser desconsideradas.

Contudo, como os moradores das Reservas Extrativistas não são proprietários das terras, e não houve nenhum processo que corrigisse as assimetrias garantidoras dos latifúndios, podemos também registrar que passamos neste período por modalidades de transformações que convergiram para permanências, isto é, operou-se um rearranjo de caráter conciliatório que vem permitindo a reprodução de um quadro de desigualdade crescente, típica do avanço do capitalismo nas operacionalizações de modelagens que lhes favoreça a acumulação e concentração de capitais devidas. Mas, definitivamente, o processo de conversão das almas tem sido eficiente.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: brasiliense, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e às lutas sindicais no Acre.** Rio Branco: Cortez e Universidade Federal do Acre, 1992.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta.** Estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa.** Blumenau: Editora da FURB, 1999.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta.** Rio Branco: Edufac, 2004.

SILVA, J. Porfiro. **Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987-1990).** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

WOLFF, Cristina Scheib. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890 – 1945).** São Paulo: Hucitec, 1999.

Recebido em: 10 de maio de 2017.

Aprovado em: 28 de julho de 2017.